



Haddad chegou a classificar abordagem como “fora do padrão”

Câmeras de segurança contradizem relato de motorista de Haddad

Novas imagens obtidas pela Polícia Militar não registram abordagem de policiais ao motorista de Fernando Haddad (PT), segundo fontes da corporação. As gravações mostram o Ford Fusion chegando ao ponto indicado pelo próprio motorista como local da suposta abordagem e permanecendo parado por cerca de 28 minutos. Uma viatura passa pela região posteriormente, mas não para, não há desembarque de agentes nem contato com o condutor. A investigação identificou divergências no relato inicial do motorista com as imagens das câmeras. Cerca de 70 câmeras privadas já foram analisadas ao longo do trajeto informado. Até agora, segundo a PM, os registros não mostram perseguição, abordagem ou interação entre policiais e o motorista. Haddad afirmou que, depois de deixá-lo em casa na noite de 11 de agosto, seu motorista foi seguido de forma ostensiva e intimidatória por uma viatura da PM. A apuração continua.

Ratinho perde recurso contra Erika Hilton

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou recurso do SBT e manteve a decisão que obriga o Programa do Ratinho a exibir direito de resposta da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP). A manifestação deverá ir ao ar no mesmo programa, horário e com destaque equivalente ao das declarações que motivaram a ação. A emissora terá dez dias para cumprir a determinação. Em caso de descumprimento, será aplicada multa de R\$ 50 mil por dia. A decisão ainda reforça a obrigação de cumprimento da medida dentro do prazo estabelecido.

REPRODUÇÃO SBT E DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



SBT terá dez dias para cumprir a determinação

Procuradoria pede indeferimento de candidatura

A Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo pediu o indeferimento do registro de Ney Santos (Republicanos-SP), ex-prefeito de Embu das Artes e candidato a deputado federal. Segundo o procurador Paulo Taubemblatt, há “extenso histórico criminal” e suspeitas de ligação com o PCC. A PRE cita condenação por abuso de poder econômico nas eleições de 2016, além de ações por organização criminosa, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e crimes econômicos. O MPF aponta documentação incompleta. O caso será analisado no TRE-SP.

Lei do Papel Higiênico

O deputado federal Celso Russomanno (Republicanos-SP) apresentou na Câmara o Projeto de Lei 5.082/2026, que obriga papéis higiênicos fabricados, importados ou vendidos no Brasil a se dispersarem rapidamente em contato com a água. A proposta prevê desagregação inicial em até 30 segundos, proíbe microplásticos e fibras sintéticas persistentes e dá 360 dias para adaptação das empresas.

Candidatos ao Governo

Sete candidatos foram registrados no sistema do TSE para concorrer ao Governo de São Paulo em 2026. Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT) estão polarizando a disputa, segundo as pesquisas recentes. Também concorrem Carlos Machado (PCB), Izadora Dias (PCO), Policial Edjane (Agir), Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP).

Bolsonaro de Vice

Chama a atenção na disputa ao Governo de SP a chapa do partido AGIR. A candidata a governadora é a policial militar, Edjane Lima, ex-PL. Ela disputou o cargo de vereadora em 2020 na cidade de Poá em 2024 e está como suplente. E a candidata a vice-governadora é Renata Bolsonaro. Ela disputou o cargo de vereadora em 2024, mas não foi eleita.

Direito de Resposta

O candidato a deputado federal pelo partido Rede Sustentabilidade, Thiago Ávila, acionou a Justiça Eleitoral para exigir direito de resposta contra vídeos postados nas redes sociais por integrantes da comunidade judaica em São Paulo, chamando o de “jihadista” (extremista do islamismo) e amigo de grupos terroristas. A Justiça ainda não decidiu sobre o caso.

Ricardo Salles

O Ministério Público Eleitoral retirou a impugnação e autorizou o registro de Ricardo Salles (Novo) como candidato ao Senado por São Paulo. O órgão havia contestado a candidatura por falta de documentos sobre processos judiciais. Após a defesa apresentar as certidões, a Procuradoria considerou a situação regularizada.

Guilherme Derrite

O TRE-SP condenou, por unanimidade, o deputado federal e candidato ao Senado Guilherme Derrite (PP) a pagar R\$ 5 mil por propaganda eleitoral antecipada. A Corte determinou ainda a remoção da publicação das redes sociais, sob pena de multa diária. A ação foi proposta pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV). Cabe recurso.

Imóvel em Guarulhos

O governo de São Paulo transferiu à Secretaria da Segurança Pública a administração de um terreno de 5.492,60 m², em Guarulhos. Localizado no Parque Cecap, o imóvel será destinado à instalação de uma unidade da Polícia Militar. A medida foi publicada em decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas no dia 14 de agosto.



Presidente do TRE, José Antonio Encinas Manfré em entrevista à TV Alesp

TRE-SP reforça fiscalização sobre uso de IA nas eleições

Presidente do tribunal diz que Justiça Eleitoral está pronta para coibir abusos

Da Redação

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador José Antonio Encinas Manfré, afirmou que a Justiça Eleitoral está preparada para garantir segurança, transparência e esclarecimento do eleitorado durante as eleições. Em entrevista à TV Alesp, o magistrado destacou entre as prioridades do tribunal o acompanhamento do uso de ferramentas tecnológicas, especialmente a inteligência artificial (IA), nas campanhas.

Segundo Encinas Manfré, a IA já é utilizada pelo próprio tribunal em atividades administrativas, como no suporte à prestação de contas e ao registro de candidaturas. Ele ressaltou, porém, que a utilização da tecnologia durante a campanha exige atenção para evitar que informações falsas ou distorcidas prejudiquem o esclarecimento dos eleitores.

“Ela é permitida, ela é um avanço para a sociedade, do conhecimento geral, mas nós nos atentamos para que não só por meio dela, mas de outras formas também de veiculação, de propaganda, possa o esclarecimento vir a ser comprometido. Estamos atentos”, declarou.

O presidente do TRE-SP afirmou que a Corte dispõe de estrutura para receber denún-

cias e fiscalizar eventuais irregularidades na propaganda eleitoral. Segundo ele, os canais oficiais da Justiça Eleitoral estão disponíveis para que eleitores e candidatos acionem o tribunal diante de situações em que se sintam prejudicados. “O tribunal está preparado e coloca à disposição da sociedade mecanismos nos seus sites para que qualquer pessoa ou candidato que se sinta atingido recorra à Justiça Eleitoral. Em matéria jurisdicional, que é o fundamental, as representações e a comissão de fiscalização de propaganda já estão atuando para prestarmos mais uma vez o melhor serviço à sociedade”-disse.

A preocupação com o uso da inteligência artificial ocorre em momento das ferramentas capazes de produzir e alterar imagens, vídeos, áudios e textos. O desembargador não comentou casos específicos de uso de IA no período de pré-campanha.

Para a Justiça Eleitoral, a fiscalização da propaganda e a possibilidade de acionamento do tribunal são instrumentos para preservar a informação que chega ao eleitor durante a campanha. Manfré destacou a importância da participação dos eleitores no processo eleitoral e que a estrutura da Justiça permitirá que os cidadãos exerçam o direito de voto com segurança.